

CIDADES DE ÁGUA, MAR URBANO... IMPRESSÕES DE VIAGENS

Vítor Matias Ferreira

Este texto parte de uma deriva.¹ Como se tanta terra fosse de mais e só o mar pudesse ser, efectivamente, uma partida. Mas depois, constato agora, o mar também era de mais. Acabei por ficar num espaço de ninguém, entre a terra e o mar ou, mais prosaicamente, numa frente de água!

Assim, o texto parte de uma deriva, mas essa deriva está também no texto. Um amigo meu, editor de condição, avisou-me: o texto tem duas linguagens que se digladiam, como se cada uma quisesse neutralizar a outra. Mas, então, não é essa a natureza da relação entre a terra e o mar? Aparentemente, a terra delimita um território, que julga seu, e nessa definição de limites o mar é simultaneamente cúmplice e excluído daquela mesma delimitação. Mas só aparentemente — a invasão sensual, e, tantas vezes, trágica daquele território pela água que o limita, limita, precisamente, aquela delimitação. E transforma a frente de água, qual paradoxo, como a frente frágil, mas realmente identitária, daquela relação.

É, pois, uma deriva numa frente frágil, o que explicará, também, a fragilidade dessa deriva, isto é, deste texto. Mas sem álibis, nem compaixões, como íamos derivando...

Retomemos, então, esta deriva, estas impressões de viagens, jogando numa dupla valência, como forma de aproximação a esse espaço de “fronteira”, onde a água banha o território ou onde “a terra acaba e o mar começa”... Aparentemente, surge como uma “terra de ninguém”, mas, curiosamente, é nela também que se jogam os traços identitários dos povos que aprenderam — mas que, talvez, se tenham esquecido... — a viver aquela simbiose entre a terra e a água.

Mas dupla valência, ainda, do ponto de vista da urbanidade. Não me refiro à urbanização — processo artificial, imposto por razões exteriores à cidade e, em grande parte, responsável pelos actuais níveis elevados de degradação e de anomia dessa mesma cidade — mas precisamente à urbanidade, identificada com um específico “modo de vida” (na feliz expressão de um dos clássicos da célebre escola de sociologia urbana de Chicago — L. Wirth, 1957) ou, mais genericamente, como dimensão histórica e cultural da cidade, na boa tradição de L. Mumford (1961) ou, mais recentemente, do conjunto da obra de H. Lefebvre (nomeadamente, 1970).

Com efeito, do ponto de vista da urbanidade, esta dupla valência adquire uma simbologia identitária, ainda que ambígua — e ambígua, desde logo, em função daquela dupla valência —, perturbando, profundamente aquela condição de uma “fronteira” simultaneamente terrestre e aquática. Por outro lado, tendo em conta o lugar em que me posiciono — Ponta Delgada, São Miguel, Açores, equidistância atlântica entre a Europa e o continente americano — aquela bivalência assume um estatuto emblemático, como que condensando, numa única enunciação, precisamente a cidade de água e o mar urbano...

Não se trata, por isso, de um mero jogo de palavras ou de um exercício de estilo, forçando os conceitos para agradar à realidade... Pelo contrário, do lugar urbano aonde chego (Ponta Delgada) e tendo em conta igualmente tantos outros lugares donde parti — desde logo, da minha cidade, Lisboa — aquela formulação constitui efectivamente a referência identitária e simbólica que me ajuda a discutir (convosco) aqueles mesmos lugares urbanos. De um modo mais preciso ou mais alegórico, talvez pudesse dizer que parto de alguns daqueles lugares urbanos (Veneza, Barcelona e, naturalmente, Lisboa) para chegar ao lugar donde vos falo (Ponta Delgada). Não prometo explicar-vos nada, mas antes contar as “impressões de viagem” destes itinerários de partidas e de chegadas de cidades de água e de algum mar urbano...

Mas, antes de “viajarmos”, é necessário ainda situar aqueles mesmos lugares urbanos de partida. Como se verá, não se trata de uma discussão dita “académica” — reproduzindo, aqui, o que pode ser pertinente em lugares mais escolásticos — mas o de referenciar, histórica e culturalmente, aqueles mesmos lugares urbanos, na expectativa de que à “chegada” (isto é, no final desta deriva) aquela referenciação nos possa servir para novas “viagens”!

À partida temos, pois, as *cidades de água*.² Sabemos como a água constitui um dos elementos iniciáticos da formação da maior parte das cidades. Por outro lado, consideramos às vezes a água, como elemento da paisagem, mas temos dificuldade em a “imaginar” como componente fundamental das cidades! E, no entanto, as frentes de água urbanas — as frentes ribeirinhas, como geralmente as consideramos — são os paradigmas das cidades de água, entendidas como cidades históricas (isto é, cidades de historicidade urbana e cultural), cuja frente urbana, marítima ou fluvial, assume um papel emblemático na estreita articulação entre a terra e a água.

Com efeito, as frentes de água urbanas de cidades históricas, marítimas ou fluviais, condensam — exactamente devido a essa condição histórica e “aquática” — uma particularidade *territorial, simbólica e cultural*. Uma tal particularidade configura, assim, uma fronteira territorial, uma simbologia identitária e uma projecção histórico-cultural que globalmente caracterizam, portanto, aquelas cidades de água.

Assim, aquelas frentes de água urbanas assumem, desde logo, o papel de uma fronteira territorial, entendida não como um eventual obstáculo, mas como uma demarcação de territórios, independentemente da sua própria natureza física. Nessa específica condição, as áreas “transfronteiriças” polarizam identidades múltiplas e, desse modo, cada um daqueles territórios participa e integra a identidade dos restantes. O que aparentemente parecia constituir um obstáculo territorial, reconfigura-se, antes, na sua própria condição identitária.

Por outro lado, “onde a terra acaba e o mar começa” não é (só) uma figura de retórica literária, sendo antes a expressão emblemática, simbólica precisamente, da natureza transfronteiriça daqueles mesmos territórios. As cidades históricas, marítimas ou fluviais, podem ter entrado em situações de crise e de degradação, por razões sobretudo de natureza económica, que não por “perca” definitiva da sua própria identidade histórica e cultural — exactamente porque essa dupla condição

estrutura e projecta os traços identitários, patrimoniais, daquelas mesmas cidades históricas.

Estamos, pois, perante uma projecção histórico-cultural não no sentido em que, nomeadamente, o efémero presente se apresentaria como resultado inelutável e definitivo de um qualquer passado eventualmente "heróico", mas como permanente reconstrução desse mesmo presente. Com efeito, hoje, mais do que nunca, aquele passado joga-se no futuro, não como negação da sua historicidade, mas como assunção de um património histórico-cultural em constante processo de re-actualização face ao próprio movimento das respectivas contemporaneidades. Neste sentido, a chancela do "fim do milénio" rejeita qualquer fanatismo milenarista do "fim da história", para se assumir, antes, como contemporaneidade daquela mesma projecção histórico-cultural.

Uma fronteira territorial, uma simbologia identitária e uma projecção histórico-cultural, assim se tecem os laços patrimoniais das frentes de água urbanas de cidades históricas e, deste modo, das próprias cidades de água. Mas tais cidades apelam, ainda, a processos de recomposição identitária, territorializada, decorrentes daquela específica condição urbana — a água, precisamente, e no seu género, em particular. Com efeito, as cidades de água, quando recuperam aquele simbolismo e esta condição, banham-se numa feminilidade de relação iniciática e matricial, mas também de envolvimento afectuoso e sensual precisamente "onde o mar acaba e a terra começa"!

Ora é precisamente tendo em conta aquela relação iniciática e matricial e aquele envolvimento afectuoso e sensual que, em termos históricos e culturais, poderemos falar também de *mar urbano*, sublinhando, deste modo, a alegórica condição representada por aquele espaço aquático no próprio contexto da urbanidade. Trata-se de uma condição muito particular, eventualmente distinta das frentes de água em espaços urbanos, mas significativamente, também, a outra face de uma mesma relação simbiótica entre a terra e a água. Simbiose, ainda, na alegoria da feminilidade das cidades de água e na masculinidade do mar urbano...

Mas havia a promessa de assinalar alguns lugares urbanos, de partida e de chegada, procurando identificar as condições culturais e simbólicas daquele mesmo relacionamento matricial e interactivo. Como dissemos, Veneza, Barcelona e Lisboa (a ordem é totalmente arbitrária) talvez assumam condições paradigmáticas dessas cidades de água e de mar urbano, mas veremos como, ao fim e ao cabo, é possível assinalar diferenças significativas entre elas.

Lisboa, atlântica, é como uma mulher à beira de uma falésia, pronta a partir ou a chorar pelos que já partiram. Frágil condição: só o é, em situação de ruptura, como se tanto mar fosse de mais! Mas a sua situação de finisterra é ainda uma marcação territorial, uma referência identitária naquela fragilidade de partir e de ficar. A pulsão da partida, na imensidão atlântica, confronta-se com a atracção daquelas raízes identitárias. Lisboa, atlântica, tem pois esta ondulação de ir e de voltar, aparentemente uma terra de ninguém, onde são as marés que a identificam num movimento incessante de abandono, volúpia e reconquista.

Barcelona, mediterrânica pois então, aconchega-se num *marenostrium* "uterino", fechado sobre si mesmo, numa *rambla* de ir e de voltar, na segurança de

que o mundo, afinal, talvez não seja redondo! Mas a sua feminilidade é ambígua: é uma cidade e é um país! A cidade e o mar! Se a cidade abraça o mar, este estende-lhe os braços fluviais numa cumplicidade envolvente. A montanha protectora sela e reforça a identidade desta cidade de água — curiosamente, tal como no Rio de Janeiro!

Veneza, majestática, joga com a história. O mar, Adriático, que a circunda foi espaço de conquista material e diplomática, espelhando também a especificidade urbana, única, de Veneza. Com um tal peso histórico e cultural, Veneza, hoje, olha-se naquele espelho adriático e a imagem que vê é contraditória com a sua identidade. Por sua vez, a tranquilidade daquele mar é só aparente — a “água alta” subverte a relação cidade/ mar. O (isola)mento de Veneza é a sua força, mas inexoravelmente a sua fragilidade!

Vemos, pois, como cada uma destas cidades de água se envolvem, intimamente, com distintos espaços marítimos — o atlântico, o mediterrâneo e o adriático — sendo que uma tal intimidade necessariamente haveria de transfigurar a condição urbana de partida!

Mas efectivamente Lisboa não é só atlântica. O imenso estuário que a protege supera os seus limites citadinos, criando frentes de água num território de configuração metropolitana. A ambiguidade marítima e fluvial desta cidade de água vai de par com a sua dupla condição urbana e metropolitana. Por outro lado, o seu posicionamento de finisterra, no contexto europeu, transfigura-se, paradoxalmente, numa centralidade territorial, quando confrontada com aquela condição metropolitana. Se, na frente atlântica, a sua fragilidade fá-la hesitar entre “partir” ou “ficar” — e esta hesitação da cidade limita-se a sublinhar, de modo paradigmático, a própria “hesitação” nacional nos seus relacionamentos diplomáticos com outros continentes atlânticos... — é o estuário grandioso, qual mar “interino”, que acaba por lhe conferir uma centralidade estratégica, ainda que referenciada ao quadro “doméstico”, nacional. As ditas frentes ribeirinhas daquele estuário, confinadas a uma visão predominantemente fluvial, parcelizam e menorizam a condição efectivamente metropolitana daquele estuário. Por isso, Lisboa, enquanto cidade de água só assume plenamente essa projecção naquele envolvimento marítimo, seja na sua frente atlântica, seja na frente “estuarina” do Tejo.

Barcelona, por outro lado, é menos ambivalente. A profunda intimidade entre a cidade e o mar faz convergir, numa mesma identidade histórica e cultural, a cidade de água e o seu mar urbano. Por isso, a inteligência das intervenções urbanísticas, nos últimos anos, na frente de água daquela cidade mais não fez do que *renaturalizar* aquela última relação urbana e marítima, longa e artificialmente “divorciada” pela indústria, pelo porto, pela própria urbanização... Hoje não se sabe bem se foi o mar que entrou na cidade ou se é a cidade que habita aquele mar. É certo que a topografia do lugar aprofunda aquele relacionamento — e daí o papel “protector” das montanhas de Montjuïc e do Tibidabo, acolhendo e consolidando aquela intimidade.

Veneza, já o sabíamos, é uma cidade única! Curiosamente, foi nela que, pela primeira vez, me confrontei com esta enunciação das cidades de água. Realmente,

esta é uma cidade que se projecta, desde as suas origens, como uma cidade marítima (no que isso pressupõe, desde logo, de profunda identificação entre a cidade e o mar) e toda a sua história urbana está marcada por essa condição, nomeadamente por essa tensão permanente de conquista e de defesa entre a cidade e o mar — a célebre lagoa de Veneza, na qual a cidade se encontra inserida, constitui o “território” por excelência daquela permanente tensão. Aqui, a nossa figura literária “onde a terra acaba e o mar começa” não tem qualquer sentido. A própria distinção entre a terra e o mar é totalmente artificial, desde logo para os próprios Venezianos. Se há lugar para falar de cidade de água e de mar urbano, esse lugar será, sem dúvida, Veneza.

E Ponta Delgada? Ah, como desconheço esta cidade! E, no entanto, 450 anos, não serão somente de história! Em todo o caso, admito que Ponta Delgada, antes de se assumir como uma cidade de água, se configurou como um “mar urbano” muito particular. Sem dúvida que a insularidade atlântica determinou essa condição, mas talvez que nessa determinação jogue menos o isolamento insular, do que a força majestática da imensidão oceânica! Ou, como diria Vitorino Nemésio (1956), “só o mar é eterno, as ilhas são efémeras”. E nesta aparente desigualdade na relação de forças seria necessário averiguar qual a força da aparente “fragilidade” urbana da cidade de água de Ponta Delgada. Eis o que fica enunciado para próximas “viagens”!

*Lisboa, Ponta Delgada, Lisboa
Março-Outubro 1997*

Notas

- 1 O corpo fundamental deste texto correspondeu a uma comunicação apresentada no Colóquio Comemorativo dos 450 anos da Cidade de Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 17 a 21 de Março de 1997. Aproveitei a oportunidade para voltar a agradecer o amável convite daquela universidade, personalizado, que foi, através da colega e amiga Gilberta Rocha.
- 2 De sublinhar que algumas das reflexões que se seguem são tributárias de um quadro mais amplo de pesquisas e da colaboração de diversos assistentes de investigação, do Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, em vários projectos e desde alguns anos. Destaco, por isso, no contexto destas reflexões, a colaboração de José Luís Casanova e de Alexandra Castro e, mais recentemente, também, a colaboração de Joana Lucas. A todos eles quero, pois, publicamente agradecer o estímulo “jovem” e intelectualmente fecundo. Desejaria destacar igualmente que algumas das presentes reflexões integraram uma comunicação a uma das mesas-redondas, “Imaginar a Cidade”, do Festival do Imaginário, organizado pela Associação Palha de Abrantes, Abrantes, Novembro de 1996, a partir de um fraterno convite do amigo Miguel Serras Pereira.

Referências bibliográficas:

- Lefebvre, H. (1970), *La Revolution Urbaine*, Paris, Éditions Gallimard.
- Mumford, L. (1961), *The City in History*, N.Y., Harcourt, Brace and World.
- Nemésio, Vitorino (1956), *Corsário das Ilhas*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- Wirth, L. (1957), "The urbanism as a way of life", in Hatt e Reiss (orgs.), *Cities and Society*, Glencoe, The Free Press (1.^a ed. 1938).